

# A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808)\*

## *A hierarchy of death: the spaces of the dead in Colonial Rio de Janeiro (1720-1808)*

Milra Nascimento Bravo

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Professora-tutora de Metodologia da Pesquisa Histórica, no Curso Semipresencial de Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. milra.nasc@gmail.com

**RESUMO:** A estrutura social do Brasil colonial apresentava uma aparente rigidez hierárquica, que poderia ser percebida na vida e na morte, quando com base em diversos aspectos – dentre eles, o lugar ocupado na sociedade – os defuntos teriam seus espaços de inumação predeterminados. Os indivíduos de mais poder e prestígio teriam as sepulturas conhecidas como *ad sanctos apud ecclesiam* – no interior ou entorno dos templos –, e os de categorias consideradas inferiores, seriam inumados em cemitérios ou, em casos mais extremos, abandonados em terrenos baldios, valas etc. No entanto, por se tratar de uma sociedade repleta de complexidades, através da análise de registros de óbitos e testamentos da Freguesia da Sé, no Rio de Janeiro, podemos perceber que a divisão espacial dos mortos não seria tão estática quanto pode parecer a princípio, revelando que a mobilidade social e os contrastes sociais existentes entre os vivos, também refletiriam nos lugares dos mortos.

**Palavras-chave:** sepultura; morte; hierarquia.

**ABSTRACT:** *The social structure of colonial Brazil displayed an apparent hierarchical strictness, which could be seen both in life and in death. Based on several aspects, among them the place occupied in society, the burial grounds for the dead were pre-determined. Those of higher power and prestige were buried in graves known as *ad sanctos apud ecclesiam*, inside temples or within their grounds, while those considered to be of a lower category were buried in cemeteries or, in the more extreme cases, left in waste land or ditches, etc. However, because it was a society rich in complexities, through the analysis of death registers and wills from the borough of Sé, in Rio de Janeiro, we can see that the spatial division of the dead was not as static as it may initially have seemed, showing that the social mobility and social contrasts existing among the living were also reflected in the resting places of the dead.*

**Keywords:** graves; death; hierarchy

\* Este artigo é baseado na Parte II da minha dissertação de Mestrado, intitulada “Hierarquias na Morte: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808)”, defendida em junho de 2014, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Claudia Rodrigues.

**O**s sepultamentos no interior ou no entorno dos templos – *ad sanctos apud ecclesiam* – teriam sido os mais desejados no Rio de Janeiro colonial<sup>1</sup>. No entanto, isso não significa que todos os mortos fossem enterrados nesses lugares. Além de haver outros espaços de inumação e até mesmo, abandono de cadáveres, a lógica de escolha/merecimento/conquista desse tipo de sepultura era multifacetada, como veremos no desenrolar deste ensaio. Seguimos agora, analisando as hierarquias presentes nos principais locais de inumação de cadáveres na cidade do Rio de Janeiro, entre 1720 e 1808.

O enfoque deste artigo se aterá à freguesia central da cidade: Sé, posteriormente denominada de Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Sua escolha se justifica não só por ser a freguesia para a qual foi possível reunir uma série contínua de registros paroquiais de óbitos, mas também por ser aquela na qual estavam localizadas praticamente a maioria das igrejas de irmandades de negros da área urbana central da cidade no período aqui abarcado. Além disso, os livros paroquiais de óbitos desta freguesia possuíam uma característica pouco comum a esse tipo de fonte, que é reunir nos mesmos livros os assentamentos de pessoas livres, forras e escravas. Aspecto que possibilita ter uma dimensão abrangente dos grupos sociais como um todo, inclusive o mais próximo à proporção de cada um destes segmentos, principalmente em uma análise sobre sepultamentos e hierarquias sociais naquela freguesia.

Dentre as fontes utilizadas, está um banco de dados que conta com 5352 registros paroquiais de óbitos da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, cedido pela professora Claudia Rodrigues. O mesmo foi elaborado a partir de quatro livros da série “assentos paroquiais (AP)”, que se encontra no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ). Além dos óbitos, fiz uso de testamentos que se encontravam nos respectivos livros.

## Igrejas

As sepulturas nas igrejas do Rio de Janeiro se dividiam em: covas (cavadas no chão e numeradas para evitar uma abertura precoce) e catacumbas (nichos abertos em grossas paredes, nos quais o caixão era encerrado e depois, tapado com tijolos). Ao que parece, as catacumbas começaram a surgir no início do século XIX, considerando que Debret relata que, em 1816, elas ainda seriam recentes, sendo encontradas apenas nas igrejas das ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Paula (DEBRET, 1989, p.203-204). Confirmando isto, os registros aqui analisados nos apresentam apenas oito casos de enterros – todos de pessoas livres – em catacumbas, datados entre 1804 e 1809<sup>2</sup>, e exatamente divididos entre as duas igrejas sobreditas. Como se tratam de ordens terceiras de elite, é relevante retomar pelo menos dois destes casos de sepultamento em catacumbas.

Joaquim Leite Ribeiro (falecido em 1809), sargento-mor de Minas, casado com a dona Jacinta Maria de Almeida, recebeu apenas os sacramentos da penitência e extrema-unção

(provavelmente, pela rapidez da morte), sendo encomendado “sob licença” e sepultado em uma catacumba da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula com o hábito de Santo Antônio. A encomendação “sob licença” ocorria quando um cadáver era encomendado por um sacerdote que não o seu pároco, na igreja matriz; obtendo a licença deste para que a cerimônia fosse realizada em outra igreja e/ou pelo sacerdote que não fosse o pároco. Tal fato ocorria para resguardar o direito paroquial sobre as encomendações – e a respectiva esmola que a paróquia/pároco deveria receber para isso –, conforme estipulavam os artigos 812 e 815 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (VIDE, 1720, p.288). O que interessa aqui é que apesar de não ter apresentado um funeral suntuoso, sua história nos ajuda a entender que a pompa não seria o único elemento de distinção dos segmentos preponderantes, pois nem sempre isto seria possível e/ou desejado.

Podemos observar que se trata de uma família da elite de Minas Gerais, composta por um sargento-mor e uma dona. Seu testamento não consta no livro e não há nenhum registro de sua esposa, possivelmente pelo fato de que estes não seriam da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, lá morrendo em passagem ou durante uma estadia fora de sua freguesia natal. Porém, por se tratar de um membro da elite, mesmo fora de seu local de origem e sem toda a preparação para a morte, Joaquim Leite Ribeiro teve a garantia de uma sepultura no nível de elite, em uma ordem terceira de caráter aristocrático (ACMRJ, AP0158, p.305 v.). Provavelmente até por ser filiado a uma ordem terceira em seu local de origem.

Outro registro de sepultamento em catacumba que chama atenção, desta vez, na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, é o do inocente Luis (falecido em 1806). Não recebeu nenhum sacramento, por não ter idade para isto e não há referência à sua mortalha. Porém, possivelmente a ocupação de seus pais, Paulo Fernandes Vianna (doutor desembargador) e Luisa Rosa Carneiro da Costa (dona), lhe garantiu uma encomendação sob licença do “muitíssimo Reverendo Cônego Cura desta Catedral” na Igreja da Ordem Terceira do Carmo e uma sepultura em catacumba do mesmo templo (ACMRJ, AP0158, p.243v.). Novamente, trata-se de uma família da elite, o que neste caso em especial, mostra que o *status* levado em consideração não precisaria ser necessariamente o do morto; podendo ser de alguém da família ou até outros tipos de relação de parentesco fictício. A encomendação sob licença provavelmente se deu porque a família seria moradora da Freguesia do Engenho Velho.

À primeira vista, observando apenas estes dois casos, poderíamos cogitar a hipótese de que as catacumbas seriam destinadas a indivíduos vindos de outras freguesias. Porém, entre os outros seis registros, a residência estaria mesclada entre moradores da Sé e não. Os dois casos foram escolhidos por apresentarem informações sobre a família, ocupação e residência, o que nem sempre é possível de se identificar em um mesmo óbito nos registros da freguesia aqui analisada.

A partir de meados do século XVIII, algumas igrejas mais ricas começariam a utilizar carneiros, onde as sepulturas passariam para o subsolo e os mortos deixariam de “ser pisados

pelos fiéis”. É importante destacar que as igrejas não eram mobiliadas, exceto algumas que tinham poucos bancos ou cadeiras e os fiéis rezavam e participavam da missa sobre as sepulturas – locais onde às vezes se sentavam (ver Imagem 1). A proximidade entre vivos e mortos era enorme, muitas vezes enquanto se celebrava uma missa, covas estariam sendo abertas (REIS, 1991, p.175-178).

Além desta distribuição espacial, dentro dos templos, as sepulturas eram distribuídas hierarquicamente segundo as condições sociais do morto. Reis e Campos afirmam que haveria uma divisão socioespacial que definiria onde cada indivíduo deveria ser sepultado. O adro (área em volta da igreja), por ser gratuito e mais distante dos santos, seria o local reservado para escravos e pessoas livres pobres. Já, o corpo (parte interna da igreja), seria o espaço destinado ao enterramento de indivíduos de maior prestígio e quanto mais importante, mais próximo do altar e consequentemente, da salvação na vida eterna (REIS, 1991, p.142-143).



Imagem 1 – Fiéis aguardando a confissão e a comunhão sentados sobre as covas de uma igreja  
Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Une matinée du Mercredi Saint, à l'église*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624530122> Acessado em 20/06/2014.

Embora o adro fosse justamente um espaço para indivíduos de categorias consideradas inferiores, nem todos teriam acesso a ele, sendo os cemitérios descolados dos templos, os principais destinos dos cadáveres que não tinham condições de pagar por uma sepultura nos templos ou obtê-las gratuitamente no adro de alguma igreja. Logo, o fato de os poucos registros (1,0% do total da amostragem) que tiveram a informação de enterro no adro ou corpo de uma igreja, serem formados predominantemente por escravos, não pode passar despercebido.

Podemos concluir, pois, que os sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* certamente seriam os mais almejados pelos diferentes segmentos sociais, muito embora nem todos pudessem ter acesso a eles. Contudo, como reflexo da complexidade hierárquica, também é possível identificar casos que não corresponderiam com os espaços predeterminados para cada segmento social, como escravos no corpo da igreja, por exemplo. Aprofundando mais essa questão, verifica-se que, além da diferença entre ser sepultado dentro ou fora dos templos, também existiam outras formas de hierarquização espacial, como, por exemplo, a das igrejas mais ou menos procuradas, conforme os grupos sociais. Para compreender como se dava o acesso aos locais de sepultamento no Rio de Janeiro, analisarei os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Índice de sepulturas por condição social (1720-1808)

| CONDIÇÃO SOCIAL<br>SEPULTURA             | LIVRES |       | FORROS |       | ESCRAVOS |       | TOTAL |       |
|------------------------------------------|--------|-------|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|                                          | nº     | %     | nº     | %     | nº       | %     | nº    | %     |
| 1 – Ig. Matriz/ Freguesia da Sé          | 468    | 12,0% | 174    | 27,7% | 240      | 28,5% | 882   | 16,5% |
| 1 – Conv. Santo Antônio                  | 239    | 6,2%  | 9      | 1,4%  | 6        | 0,7%  | 254   | 4,7%  |
| 1 – Ig. São Fco. da Penitência           | 114    | 3,0%  | ---    | ---   | ---      | ---   | 114   | 2,1%  |
| 1 – Ig. São Fco. de Paula                | 166    | 4,3%  | 2      | 0,3%  | 27       | 3,2%  | 195   | 3,6%  |
| 1 – Ig. São Francisco*                   | 179    | 4,6%  | 1      | 0,2%  | 1        | 0,1%  | 181   | 3,4%  |
| 1 – Ig. N. Sra. do Parto                 | 87     | 2,2%  | 39     | 6,2%  | 8        | 0,9%  | 134   | 2,5%  |
| 1 – Ig. Senhor dos Passos                | 33     | 0,8%  | 3      | 0,4%  | 3        | 0,4%  | 39    | 0,7%  |
| 1 – Ig. N. Sra. da Conceição e Boa Morte | 496    | 12,8% | 98     | 15,6% | 76       | 9,0%  | 670   | 12,5% |
| 1 – Ig. N. Sra. da Lampadosa             | 53     | 1,4%  | 58     | 9,2%  | 71       | 8,4%  | 182   | 3,4%  |
| 1 – Ig. N. Sra. do Rosário               | 49     | 1,3%  | 28     | 4,4%  | 5        | 0,6%  | 82    | 1,5%  |
| 1 – Ig. Santa Efigênia                   | 47     | 1,2%  | 30     | 4,8%  | 33       | 4,0%  | 110   | 2,1%  |
| 1 – Ig. Senhor Bom Jesus do Calvário     | 471    | 12,2% | 20     | 3,2%  | 103      | 12,2% | 594   | 11,1% |
| 1 – Ig. São Domingos                     | 119    | 3,1%  | 68     | 10,8% | 77       | 9,1%  | 264   | 5,0%  |
| 1 – Cemit. de São Domingos               | 2      | 0,05% | 2      | 0,3%  | 9        | 1,1%  | 13    | 0,2%  |
| 1 – São Domingos**                       | 19     | 0,5%  | 14     | 2,2%  | 20       | 2,4%  | 53    | 1,0%  |
| 1 – Ig. São Gonçalo e São Jorge          | 27     | 0,7%  | 14     | 2,2%  | 13       | 1,5%  | 54    | 1,0%  |
| 2 – Ig. Matriz da Candelária             | 45     | 1,1%  | 5      | 0,8%  | 12       | 1,4%  | 62    | 1,1%  |

Tabela 1 (cont.) - Índice de sepulturas por condição social (1720-1808)

| CONDIÇÃO SOCIAL<br>SEPULTURA                | LIVRES      |               | FORROS     |               | ESCRAVOS   |               | TOTAL       |               |
|---------------------------------------------|-------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|-------------|---------------|
|                                             | nº          | %             | nº         | %             | nº         | %             | nº          | %             |
| 2 - Convento do Carmo                       | 28          | 0,7%          | 2          | 0,3%          | ---        | ---           | 30          | 0,6%          |
| 2 - Ig. N. Sra. do Carmo                    | 283         | 7,3%          | 1          | 0,2%          | 3          | 0,4%          | 287         | 5,4%          |
| 2 - Ig. N. Sra. Mãe dos Homens              | 105         | 2,7%          | 6          | 1,0%          | 5          | 0,6%          | 116         | 2,2%          |
| 2 - Ig. Santa Cruz dos Militares            | 76          | 2,0%          | ---        | ---           | 2          | 0,2%          | 78          | 1,5%          |
| 2 - Ig. São Pedro dos Clérigos              | 69          | 1,8%          | ---        | ---           | 2          | 0,2%          | 71          | 1,3%          |
| 3 - Ig. Matriz de São José                  | 76          | 2,0%          | 5          | 0,8%          | 6          | 0,7%          | 87          | 1,6%          |
| 3 - Ig. N. Sra. do Bonsucesso               | 43          | 1,1%          | 4          | 0,6%          | 3          | 0,4%          | 50          | 1,0%          |
| 3 - Cemitério da Santa Casa da Misericórdia | 12          | 0,3%          | 1          | 0,2%          | 2          | 0,2%          | 15          | 0,3%          |
| 3 - Santa Casa da Misericórdia***           | 21          | 0,5%          | 6          | 1,0%          | 17         | 2,0%          | 44          | 0,8%          |
| 4 - Ig. Matriz de Santa Rita                | 50          | 1,3%          | 1          | 0,2%          | 13         | 1,5%          | 64          | 1,2%          |
| 4 - Ig. São Bento                           | 15          | 0,4%          | ---        | ---           | 1          | 0,1%          | 16          | 0,3%          |
| Outras ig. matrizes                         | 21          | 0,5%          | 1          | 0,2%          | 5          | 0,6%          | 27          | 0,5%          |
| Outras ig. de irmandades                    | 183         | 4,7%          | 18         | 2,9%          | 35         | 4,1%          | 236         | 4,4%          |
| Sem referência                              | 284         | 7,3%          | 18         | 2,9%          | 46         | 5,5%          | 348         | 6,5%          |
| <b>TOTAL</b>                                | <b>3880</b> | <b>100,0%</b> | <b>628</b> | <b>100,0%</b> | <b>844</b> | <b>100,0%</b> | <b>5352</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: ACMRJ: Série Assentos Paroquiais: AP0155 (1746-1758), AP0156 (1776-1784), AP0157 (1790-1797) e AP0158 (1797-1812).

#### LEGENDA DAS FREGUESIAS

1 - Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé

2 - Candelária

3 - São José

4 - Santa Rita

\* Sem especificação se é de Paula ou da Penitência

\*\* Não especifica se é na igreja ou no cemitério de São Domingos

\*\*\* Não especifica se é na igreja de Na. Sra. do Bonsucesso ou no Cemitério da Misericórdia

Igrejas de irmandades/ordens terceiras de negros

Antes de iniciar a análise da tabela, é importante esclarecer que a organização dos locais de sepultura na tabela foi feita considerando as quatro freguesias da área central da cidade do Rio de Janeiro, existentes ao longo do período estudado – até 1808 – (vide legenda da tabela), na medida do possível por ordem cronológica de criação da freguesia, sendo a primeira a da Sé, a segunda da Candelária, a terceira de São José e a quarta de Santa Rita. Ao final das igrejas pertencentes a cada uma destas freguesias que apresentaram número significativo de menções, agrupei as demais igrejas matrizes e de irmandades (das diferentes freguesias) com menos referências no que chamei de “outras igrejas matrizes” e “outras igrejas de irmandades”.

Dada a riqueza de possibilidades que esta tabela nos permite analisar em relação aos lugares de sepultamento nas freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro – em especial, na freguesia da Sé – optei por fazer algumas análises pontuais, muito embora saiba que outras possibilidades seriam perfeitamente plausíveis. Posto isso, podemos partir para os dados.

É notório que a grande maioria dos moradores da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé seria enterrada na própria. No caso daqueles que foram sepultados fora da freguesia, a soma de todos os dados demonstra que os cadáveres dos livres (pelo menos 21,7%) foram os que mais saíram (majoritariamente buscaram a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e em segundo lugar, enquanto igreja específica, a de Nossa Senhora Mãe dos Homens). O que explicaria isso? Acredito que isto se dava porque forros e escravos não teriam como custear facilmente o traslado, principalmente, considerando que a maioria, se não todas as igrejas de irmandades de negros, estavam localizadas na freguesia da Sé, o que não justificaria saírem do abrigo de suas irmandades e da própria igreja matriz pra custear o transporte para outra freguesia. Confirmando o que afirmou João Reis sobre a sede paroquial receber a maior parte dos defuntos (REIS, 1991, p.190.), a amostragem indica que a Igreja Matriz da freguesia da Sé, considerando o todo, foi a que receberia mais mortos (882 - 16,5%), seguida de duas igrejas de irmandades: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (670 - 12,5%) e a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário (594 - 11,1%).

Relativo a cada segmento social, é significativo que N. Sra. da Conceição e Boa Morte (12,8%) e Senhor Bom Jesus do Calvário (12,2%) tenham sido as igrejas mais procuradas pelos livres, superando inclusive a Matriz (terceira posição, com 12,0%) e as igrejas de ordens terceiras. Caso semelhante foi observado por João Reis, quando notou que as igrejas de pretos enterrariam, em Salvador, dez vezes mais do que as ordens terceiras e a Misericórdia juntas; o que, para ele, só reforçaria seu caráter elitista (REIS, 1991, p.190). No Rio, entre as mais procuradas, a Ordem Terceira com mais requisição, só aparece, em quarto lugar (a de N. Sra. do Carmo, com 7,3%; vindo a do Convento de Santo Antônio em quinto lugar, com 6,2%).

Um detalhe mostra a especificidade das igrejas de elite do Rio de Janeiro em relação às que João Reis encontrou pra Salvador: que foi o fato de que as duas ordens terceiras de São Francisco da freguesia da Sé (ambas congregando membros da elite), ao longo do século XVIII, sepultaram juntas 459 cadáveres de livres, 3 de forros e 28 de escravos. O que faz com que, se formos considerar estas duas igrejas juntas, os sepultamentos nas igrejas de Ordem Terceira no Rio teriam apresentado o 4º lugar em termo do total de sepultamentos. No entanto, essa posição perde relevância quando verificamos na cidade do Rio de Janeiro – como fez, João Reis para Salvador – que as igrejas de irmandades de negros da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento sepultaram mais cadáveres do que as igrejas de elite (consideradas aqui a do Convento de Santo Antônio e as das duas ordens terceiras de São Francisco).

A Igreja de São Francisco da Penitência se destaca por ter comportado 114 cadáveres de brancos livres e nenhum de outra condição social. No pátio atrás da sacristia, seriam

enterrados os irmãos. O caráter aristocrático desta irmandade se refletia na suntuosidade de sua igreja, descrita da seguinte forma:

O interior de uma arca tôda de ouro e pedrarias não seria mais belo, mais rico, nem mais suntuoso do que a Igreja de São Francisco da Penitência. O trabalho de talha que há ali, folheado a ouro, preciosamente executado, é uma riqueza que não tem preço. O desenho do entalhamento revela arte, gôsto e capricho; as figuras ora representam anjos de fisionomia suave, ora flores, ora bichos exóticos, dando ao ambiente o aspecto de um escrínio onde se encerrassem as jóias mais raras e do maior valor. Um verdadeiro tesouro de arte (MAURÍCIO, 1946, p.143).

Apenas o terreno, comprado pelos fiéis custou 50 mil réis, considerada uma boa quantia para a época (MAURÍCIO, 1946, p.143). Diante da complexidade dessa dinâmica social, o caso da Igreja de São Francisco da Penitência seria um bom exemplo de um dos extremos das hierarquias existentes no Brasil colonial, onde ao que parece, o acesso de forros e escravos seria improvável. Como exemplo de um dos casos de pompa, está Antônio Ribeiro Vieira, vestido com o hábito de Santo Antônio<sup>3</sup>, encomendado e acompanhado processionalmente por 25 sacerdotes. Ao que parece, ser forro ou escravo configuraria impedimento ou dificuldade para conseguir uma sepultura na Igreja de São Francisco da Penitência, porém, a cor não o seria, desde que apresentasse certo distanciamento do passado negro e escravista. Ilustrando este exemplo, podemos citar Manoel Coelho Neto, também amortalhado com a mortalha de Santo Antônio, encomendado e acompanhado processionalmente por 16 sacerdotes (ACMRJ, AP0158, p.171). Manoel foi o único pardo encontrado entre os sepultados na referida igreja, o que sugere que algum elemento – do qual não temos referência – possibilitou que o mesmo ingressasse nesta ordem terceira. Contudo, isto não significa que o acesso à ordem e à sua sepultura, incluindo um funeral faustoso, o igualaria aos demais membros, pois dos 114 registros, o único com menção à cor, foi o dele. O que, de certa forma, o distingue dos demais. Teve acesso. Porém, não se tornou igual. O passado negro e escravista, embora possivelmente distante, ainda estaria presente.

Verifica-se que a maior parte dos escravos desta freguesia teve como local de sepultura a Igreja Matriz (28,5%), seguida pela Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário (12,2%), pela Igreja de São Domingos (9,1%), de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (9,0%), de Nossa Senhora da Lampadosa (8,4%), além de outras com índices menores de sepultamento. As igrejas mais procuradas para enterro de forros foram: em primeiro lugar, a Igreja Matriz (27,7%), seguida pela Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte (15,6%), pela Igreja de São Domingos (10,8%), pela Igreja de N. Sra. da Lampadosa (9,2%) e pela de N. Sra. do Parto (6,2%), seguidas de outras com número menor de sepultamentos. Verifica-se, pois, que a Igreja Matriz recebeu um número de cadáveres de forros e escravos maior do que algumas igrejas de irmandades de negros.

Estes números reafirmam que haveria covas disponíveis para os não afiliados a irmandades, que poderiam ser obtidas na Matriz. Muito embora não devamos esquecer que



a matriz também possuía covas de irmandades, algumas das quais não possuíam templos próprios. Além disso, estes dados demonstram que não eram tantos os cadáveres de negros afiliados a irmandades quanto aqueles que não o eram. Ou seja, um número muito maior de cadáveres de negros da freguesia não havia pertencido em vida às irmandades religiosas destes segmentos sociais. Ainda que não filiados às irmandades, estes negros ainda tiveram, antes de serem destinados aos cemitérios descolados dos templos, a chance dos sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* na matriz da freguesia. Tal destino certamente seria considerado melhor do que o enterro no cemitério da Santa Casa da Misericórdia, o qual abordarei mais adiante. Infelizmente, os dados dos registros analisados não especificam quando se tratava também de enterro nas covas administradas pela fábrica da matriz, as chamadas “covas da fábrica”.

No que tange aos forros e escravos, note-se que de certa forma boa parte das igrejas com maior número de corpos inumados, se concentraria nas de negros. Tendo essas, também, certo destaque nos sepultamentos de livres, considerando que as duas primeiras mais procuradas por este segmento seriam igrejas de negros. Isto se relaciona diretamente com o que afirmou João Reis, ao dizer que “as irmandades de pretos e pardos, aliás, despontam como os locais mais procurados depois das matrizes, o que era natural em uma cidade majoritariamente negra” (REIS, 1991, p.190). Apesar de sua análise ser para Salvador, também podemos considerar isto para o Rio de Janeiro e, além disto, ainda que eu não tenha conseguido fazer uma análise dos custos das sepulturas, é possível que os cadáveres de livres que foram para estas igrejas tenham sido possivelmente pelo preços menores das covas, comparativamente ao das igrejas.

Ainda em relação aos escravos no Rio, é significativo que apenas duas igrejas não tenham sido referidas como tendo escravos (a da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo). No entanto, aquelas que tinham um ou dois cativos sepultados, por serem em quantidade maior, demonstram que na cidade, apesar de difícil não foi impossível que escravos conseguissem ser sepultados dentro dos templos, principalmente dos das associações religiosas mais prestigiadas, o que já apresentaria uma distinção destes escravos em relação aos demais, ainda que tivesse sido em função do seu senhor.

Algumas igrejas, como a de São Bento ou a do Senhor dos Passos, tiveram poucos escravos sepultados. Porém, isto não deve ser comparado com o número de livres, e sim, considerando que a existência de escravos em uma igreja já seria algo que o distinguiria dos demais. E não só isso. Não podemos nos pautar apenas na ideia da diferenciação social, pois assim como os demais momentos dos ritos fúnebres católicos, o sepultamento também tinha um caráter soteriológico que não pode ser desconsiderado. Como afirmou Claudia Rodrigues, a sepultura eclesiástica estaria diretamente relacionada com as ideias sobre a sacralidade do solo, “onde, ao abrigo do templo de Deus e de seu séquito de anjos e santos, deveriam os cadáveres ‘descansar’ até a ressurreição prometida para o ‘fim dos tempos’”

(RODRIGUES, 1997, p. 234). Dessa forma, ainda que não deixassem de ser escravos apenas por terem sido sepultados dentro de igreja de elite, esses cadáveres acabaram se destacando entre os demais escravos porque teriam mais condições que os demais sepultados nos cemitérios distantes dos templos de terem sua alma cuidada pelos vivos que cotidianamente frequentavam as igrejas. O principal objetivo aqui é discutir as questões hierárquicas e, por isso, elas são privilegiadas. Porém, em momento algum podemos desconsiderar o significado soteriológico destas práticas.

Outro caso que merece destaque é o da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso ou Igreja da Santa Casa da Misericórdia. O cemitério será explorado mais tarde, mas a igreja requer uma breve explicação, pois nos registros sempre consta “Igreja da Misericórdia”, quando na verdade trata-se da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso. Localizada no sopé do Morro do Castelo, na antiga ladeira da Misericórdia, que ficava voltada para o lado da rua direita (atual 1º de março), uma das principais ruas da cidade, e seria frequentada pela aristocracia do Rio de Janeiro (MAURÍCIO, 1946, p. 77). Por isso, achei importante separar, na Tabela 1, as informações referentes ao cemitério, as que fazem alusão especificamente à igreja e deixar um item apenas para aqueles que só mencionam “Santa Casa da Misericórdia”, pois poderia ser no cemitério ou na igreja. Por se tratar de um templo da elite do Rio de Janeiro, não é possível unificar “Santa Casa da Misericórdia” com “Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso/Santa Casa da Misericórdia”, pois caso algum destes registros se referisse ao cemitério, isto interferiria em toda a análise. O mesmo vale para “São Domingos” – mas ainda voltarei a estes casos mais adiante. Comprovando o caráter elitista da Igreja de N. Sra. do Bonsucesso, vemos que, dos 50 ali inumados, apenas 3 (0,4%) seriam escravos e 4 (0,6%), forros. Como dito anteriormente, a existência destes já seria algo relevante. Contudo, não há como negar que o número de livres (43 pessoas, equivalendo a 1,1% do total) se destacaria por causa da proposta de ser uma irmandade de elite.

Conventos como o de Santo Antônio e os carmelitas, disponibilizavam espaços para sepultamento de escravos (RODRIGUES, 2003, p.146). É provável que parte dos que foram enterrados nestes locais pudessem ter sido os escravos dos próprios conventos. Porém, não podemos descartar a possibilidade de outros cativos terem sido abandonados lá, e por isso, receberem este tipo de sepultura; confirmando assim, que a presença de cadáveres de escravos dentro dos templos não seria tão rara quanto pode parecer *a priori*.

Para além do abandono dos cadáveres de seus cativos por parte dos proprietários, outras formas de abandono de cadáveres seriam aquelas feitas com objetivo de que ele recebesse sepultura no terreno em torno de uma igreja, por caridade. Há descrições que nos contam sobre o abandono de cadáveres de escravos na porta de igrejas. Segundo Vieira Fazenda, em uma noite três homens de braços dados aproximaram-se da porta da igreja de Santa Rita e se ajoelharam; depois de algum tempo, dois deles se retiraram e apenas um continuou de joelhos. Após algumas horas, um soldado se aproximou tocando o homem que estava

ajoelhado, pedindo para que ele se levantasse. Não sendo atendido, bateu em seu ombro e então, o ele caiu. Estava morto (FAZENDA, 1921, p.350). Para reprimir este tipo de prática, tanto a Igreja quanto o governo metropolitano tomaram diversas medidas que buscavam evitar o abandono de cadáveres e punir os senhores que não tivessem o devido cuidado com os corpos de seus cativos (RODRIGUES e BRAVO, 2012, p.3-4).

Tal prática do abandono de cadáveres na porta de uma igreja ocorria com o objetivo de que ele fosse sepultado “pelo amor de Deus”, isto é, gratuitamente; de modo que o enterro dependeria da caridade do pároco ou de algum irmão religioso (RODRIGUES, 2003, p.222-223). No entanto, o abandono também podia ser realizado por uma irmandade, como nos relata Marisa Soares, ao afirmar que irmandades pobres chegaram a deixar os cadáveres de irmãos na porta de igrejas para serem enterrados “pelo amor de Deus”, devido às dificuldades de custearem o sepultamento do mesmo (SOARES, 2000, p.152-153). Ser enterrado, encomendado ou amortalhado “pelo amor de Deus”, significa ganhar este benefício, sobre o qual, Adalgiza Campos explica o significado:

dar sepultura ao pobre trata-se da bondade maior, com grande valor expiatório para quem o faz e também para quem é alvo desse ato de compaixão. Constitui forma eficaz de reconciliação com Deus e com os homens, um ato de sociabilidade, de santificação para vivos e defuntos, de uso alargado na Cultura Barroca. Não se trata de beneficiar os pares, os iguais, prática corriqueira entre a maioria das irmandades mineiras do período. O auxílio mútuo prestado pelas confrarias em geral, possível através da cobrança de entradas e de anuais aos filiados e das bacias de esmolos só tem a aparência de misericórdia (CAMPOS, 2000, p. 2).

À vista disso, podemos compreender a diferença entre obter sepultura “pelo amor de Deus” por ser membro de uma irmandade e obter por misericórdia e compaixão. Sobre isto, é comum encontrar redações testamentárias como a de João Freire de Olivença (1775) que pediu que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Carmo, de que era irmão, e que os irmãos da ordem lhe dessem uma sepultura “pelo amor de Deus”. Mandou que pagassem suas dívidas e solicitou que seu corpo fosse enterrado na Matriz, acompanhado de 21 sacerdotes, que fosse feito ofício de corpo presente na dita igreja e mandassem dizer quinhentas missas de corpo presente. Pediu que após a encomendação na Matriz, seu corpo fosse acompanhado até a Igreja de Nossa Senhora do Carmo pelo comissário, pelo irmão prior e pelos demais senhores da mesa da ordem. Deixou esmola de 40 réis para cada um dos cem pobres que acompanhariam seu corpo a sepultura, e a quantia necessária para pagar toda a pompa que solicitou em seu funeral. No final do testamento informou que também era irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Rita e determinou que pagassem os anuais que estaria devendo (ACMRJ, AP0156, p. 15).

Com base em Adalgisa Arantes Campos, o que João pediu e obteve não foi uma sepultura “pelo amor de Deus”, pois isto faria parte do auxílio mútuo das irmandades, e como ele mesmo deixou claro no testamento, tudo teria sido pago. Sepultura “pelo amor de Deus” seria aquela

concedida aos pobres que não teriam condições de ter um sepultamento considerado digno, como foi no caso de Luis Fernandes de Souza, branco, livre e pobre, nascido no Rio de Janeiro, que recebeu todos os sacramentos, foi devidamente encomendado, amortalhado em um lençol e sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Parto, tudo, como consta no registro, “pelo amor de Deus, por ser pobre” (ACMRJ, AP0155, p.321). Acreditava-se que este tipo de benfeitoria, além de elevar a alma de quem a concedia, também seria bom para a alma do beneficiado. Em situação de pobreza e consequente impossibilidade de obter sepultura em uma igreja, restariam apenas os cemitérios, onde ao que parece, a maioria da população não gostaria de ser inumada. A solução poderia ser o abandono na porta de uma igreja, como sobredito.

Fugindo deste abandono, havia a possibilidade de se depositar o corpo em frente a uma igreja para se recolher esmolas para o sepultamento. Jean-Baptiste Debret descreveu e ilustrou o caso de uma negra pobre (ver Imagem 2), na cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, onde a defunta, depositada em uma rede, seria acomodada no chão (momento posterior ao representado na imagem), amparada por uma ou duas mulheres que conservavam uma pequena vela acesa e recolhiam esmolas dos passantes até obter a quantia necessária para custear uma sepultura na igreja ou na Santa Casa da Misericórdia, por três patacas, o equivalente a 960 réis. Acredito que Debret estivesse se referindo ao Cemitério da Misericórdia (DEBRET, 1989, p.177-178).

Na ilustração do referido caso, podemos perceber alguns elementos bastante ricos para a análise em questão. Primeiramente, como se trata do funeral de uma mulher, há basicamente a presença de pessoas do mesmo sexo (peculiaridade de alguns enterros de negros e neste caso, de moçambicanos), sendo os únicos homens que atuavam diretamente na cena, os dois carregadores, o mestre de cerimônias e do tambor, localizado próximo à porta da Igreja da Lampadosa. Enquanto mestre de cerimônias para o cortejo diante da porta da igreja, que só abre neste momento, o tambor seria tocado ao passo que as mulheres entoavam cantos fúnebres e deixavam seus pertences no chão para poderem bater palmas. A defunta, na rede, seria acompanhada por oito parentes ou amigas próximas que, durante o cortejo, pousariam a mão sobre a sua mortalha.

No entanto, não podemos pensar que todos os negros precisariam contar com esmolas para conseguir um local de sepultura considerado digno, pois assim como também relatou Debret, algumas hierarquias da África seriam mantidas no Brasil, como podemos ver na Imagem 3, que retrata o caráter festivo do cortejo, com instrumentos musicais, palmas, um negro fogueteiro soltando bombas e rojões e três ou quatro negros dando saltos mortais e fazendo outras acrobacias para animar o ritual. O corpo, em uma rede, coberto por um pano mortuário, seria “acompanhado silenciosamente pelos familiares” e por deputações, que não está claro sobre o que se trata, mas parece ser pessoas de outras nações. Outros ajudantes, com bengalas, exerciam a função de afastar os curiosos que acompanhariam o cortejo até uma das igrejas mantidas por irmandades negras (DEBRET, 1989, p.178-179).



Imagem 2 – Enterro de uma negra (recolhimento de esmolas)

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Enterrement d'une femme nègre*. 1768-1848. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/624530108> Acessado em 20/06/2014.

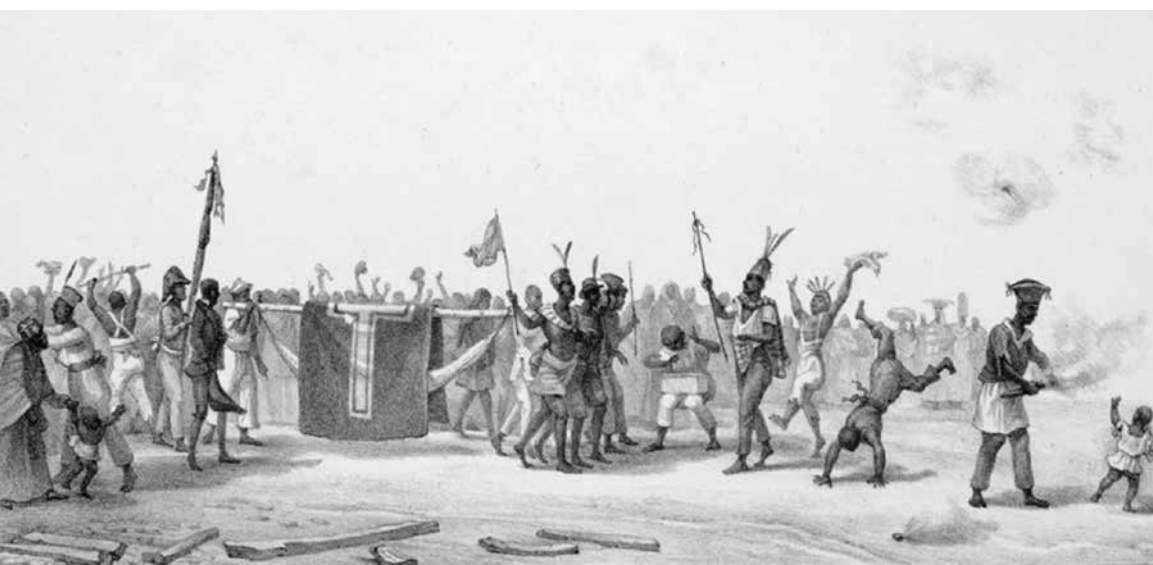


Imagem 3 – Enterro do filho de um rei negro

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Convoi funèbre dun fils de riu nègr*. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/624530108> Acessada em 20/06/2014

A diferença do enterro do filho de um rei negro em relação ao de uma mulher negra pobre reitera a existência de hierarquia entre negros, inclusive na morte. Contudo, podemos deduzir que o número de escravos/negros que representassem algum tipo de realeza africana seria pouco em relação aos demais, ficando a maioria destes indivíduos em situação de pobreza. Além dos homens livres pobres.

As imagens e descrições de Debret permitem uma observação sobre a questão das hierarquias entre negros no que tange ao acesso à sepultura, visto que a mulher, mesmo que inumada na Lampadosa, necessitou de esmola para isso, e a ritualização de seu cortejo giraria em torno da tentativa da obtenção de um local de enterramento, considerando inclusive, a possibilidade de um enterro na Misericórdia. Além disso, o fato de o negro ser conduzido em uma rede pode dar a ideia de algo simples, mas a imagem de Debret mostra que os elementos rituais em torno não indicaram que o ser conduzido em rede seria sempre algo tão simples assim.

A pobreza em vida poderia acarretar dificuldades ou obstáculos na hora da morte. O relato de Debret reflete bem esta realidade. Ao que parece, os enterros no adro seriam gratuitos. Desta forma, acredito que estes casos de indivíduos pedindo esmolas para conseguir um local considerado digno para sepultar seus mortos, indicam que as inumações nos templos não seriam para todos. Além disto, a busca por sepulturas em igrejas – sendo que possivelmente seria mais fácil obtê-las em algum cemitério –, aponta que é presumível que houvesse algo de indesejado nos espaços de inumação descolados dos templos (cemitérios). Dado isso, a filiação em irmandades religiosas poderia ser uma garantia de amparo no momento da morte. Sendo assim, é importante ressaltar o quão benéfico seria para indivíduos de segmentos tidos como inferiores, se filiarem a uma associação religiosa.

Os negros que se associavam a uma irmandade receberiam desta, uma garantia de morte considerada digna dentro dos parâmetros estabelecidos pela tradição católica e seguidos pela sociedade, a exemplo do acompanhamento no velório, do direito a um determinado número de missas e de sepultura no templo. Nas igrejas de irmandades de negros eram sepultados, além dos corpos de seus afiliados, os daqueles que pertenciam a outras associações que não possuísem seus próprios templos (SCARANO, 1978, p.53-57; REIS, 1991, p.54-55; SOARES, 2000, p.146). Os que não tinham nenhuma ligação com estas organizações religiosas e não haviam conseguido dinheiro em vida, dependiam da ajuda de amigos e parentes ou, quando estes também não possuíam bens, recorriam aos pedidos de esmolas como no caso da negra pobre descrito por Debret.

Na divisão social dos mortos, naquela época, aqueles que em vida haviam se filiado a alguma irmandade ou confraria obtinham certas vantagens. Dentre elas, a garantia de um enterro em terreno santo e especialmente da assistência, desde o momento que precedia a morte até sua sepultura, já que a morte solitária era muito temida entre os católicos. Havia irmandades muito ricas e outras que se dividiam segundo a cor de seus membros e até

mesmo por profissão. Havia também, as irmandades de elite e determinadas pessoas se filiavam a mais de uma, como foi o caso de João Ferreira de Miranda, que seria irmão de nove irmandades (ACMRJ, AP0156, p. 318v).

As hierarquias sociais diante da morte estariam presentes em todos os segmentos. Os mais privilegiados socialmente tinham um lugar de enterro que também era almejado pelos indivíduos com menos posses. Porém, cabe aqui questionar: o que aconteceria com aqueles que não conseguiam este tipo de enterro? Para onde iam os corpos dos menos privilegiados socialmente? Veremos isso a seguir.

## Cemitérios

As pesquisas nos fazem ver que os espaços descolados dos templos católicos, seriam, em geral, destinados àqueles a quem podemos chamar de “desprivilegiados”, que não conseguiam ter na hora da morte as condições de sepultamento que a maioria da sociedade buscava, por pertencerem aos segmentos considerados socialmente inferiores na hierarquizada sociedade da época, que tinha na escravidão, na “pureza de sangue”, no ser católico, dentre outros atributos, os critérios de distinção social. Afinal, o Brasil escravista era hierarquizado enquanto uma sociedade típica do Antigo Regime e a existência de segmentos com mais prestígio e outros com menos era algo presente naquela sociedade que apresentava não só funções e discursos, como lugares específicos para aqueles não privilegiados (SCHWARTZ, 1988; FARIA, 1998; GUEDES, 2008).

No Rio de Janeiro, entre os principais espaços de inumação fora dos templos, podemos citar o cemitério da Santa Casa da Misericórdia, localizado atrás do seu hospital junto ao Morro do Castelo (na praia de Santa Luzia); o chamado “dos mulatos”, no Campo de São Domingos/Rocio da cidade e o dos pretos novos, no Largo de Santa Rita/Valongo.

Até meados do século XVIII, os cadáveres dos escravos africanos recém-chegados do tráfico, chamados de pretos novos seriam sepultados no Cemitério da Misericórdia. Com o aumento do tráfico africano e a consequente falta de espaço para o alto índice de cadáveres de pretos novos, a solução encontrada pelo governador da capitania teria sido a criação de um cemitério destinado exclusivamente a eles, erguido, em 1722, no Largo de Santa Rita e transferido, em 1769, para o Valongo por conta da mudança do mercado de escravos para a dita região. O Cemitério dos Pretos Novos se localizava perto do mercado de escravos e acompanhava sua mudança, pois isto tornaria mais fácil a remoção dos corpos dos negros que morriam antes de serem vendidos (RODRIGUES, 1997, p. 68-78; PEREIRA, 2007, p.67-70). O viajante G.W. Freireyss relata as condições deste cemitério:

Na entrada daquele espaço, cercado por um muro de cerca de 50 braças em quadra, estava assentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados pela sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios

mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra na qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés. Provavelmente procede-se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se à melhor compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres semidecompostos (FREIREYSS, 1982, p. 132-134).

Por serem considerados inferiores social e religiosamente, no cemitério a eles destinado, os corpos dos pretos novos eram por vezes, incinerados, como mostra o relato acima. Tal prática não era aprovada pela Igreja Católica, pois a cremação de um cadáver, em tese, impediria que corpo e alma se unissem novamente na Ressurreição. Para além disto, a descrição de Freireyss permite que se cogite a hipótese da existência de algum tipo de cerimônia religiosa no Cemitério dos Pretos Novos – mesmo que esta fosse bem simples. Podemos supor isso ao analisarmos o trecho que relata a existência um velho com roupa de padre lendo um livro de rezas pelas almas dos mortos que estavam ali sepultados. Mesmo que este indivíduo não fosse um padre, não podemos negar que algum tipo de sufrágio parecia ser oferecido a estes mortos, ainda que fossem as orações de um leigo. Segundo Júlio Pereira, ao que parece, além dos dois negros que trabalhariam no Cemitério dos Pretos Novos, para evitar gastos não se usaria esquife e nem mortalha, sendo os cadáveres envolvidos em esteiras (PEREIRA, 2007, p.86), assim como mostrado em uma das ilustrações deixadas por Debret (DEBRET, 1989, p.203). Este cemitério não aparece na tabela aqui analisada, porque estava localizado na freguesia de Santa Rita. Então, os possíveis registros seriam feitos diretamente lá. Dessa forma, não foi possível identificar os óbitos dos pretos novos, a partir do banco de dados aqui analisado, bastando sua apresentação como elemento comparativo com os demais cemitérios apresentados.

O Cemitério de São Domingos ou “dos mulatos”, estaria localizado no terreno em frente à igreja de São Domingos, onde atuava uma irmandade de negros. Não se sabe ao certo, se esta fora criada por angolanos ou crioulos (QUINTÃO, 2002, p.155-156). Segundo Vieira Fazenda, este cemitério remontava pelo menos a aproximadamente 1706, quando a irmandade do dito santo utilizou parte do terreno em frente à sua igreja para fazer um “campo santo” e enterrar seus irmãos; dando sepultura também aos escravos e “prejudicando”, com isso, a Santa Casa de Misericórdia. Ainda segundo o memorialista, o referido cemitério só foi extinto em 1820 (FAZENDA, 1921, p.431). Segundo Antonia Quintão, o seu desaparecimento estaria relacionado a um conflito pela posse do terreno do qual a Irmandade de São Domingos saiu derrotada, tendo que transferir seu cemitério para outro lugar, fora da cidade (QUINTÃO, 2002, p.161-163). Mais pesquisas se fazem necessárias para saber o destino deste cemitério.



Sendo um dos primeiros criados na cidade, o cemitério da Santa Casa seria o espaço mais utilizado para sepultura dos segmentos menos privilegiados – através do pagamento de 400 réis (QUINTÃO, 2002, p.157) – abrangendo escravos, forros e livres. Alguns dados sugerem que sua criação se deu no início do estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia pelo Padre José de Anchieta, em 24 de março de 1582, no intuito de socorrer a esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, contaminada pelo escorbuto, sendo os mortos sepultados num terreno ao lado do Hospital que havia sido erigido com palhoças (ZARUR, 1989, p.8). Ao que parece, este terreno era o que viria a ser mais tarde, o Cemitério da Misericórdia. Em 1827, foi ampliado, mas não parece ter sido suficiente para dar conta do aumento do número de cadáveres nos anos 1830, principalmente com o fim do Cemitério dos Pretos Novos – devido à lei de fim do tráfico –, sendo transferido para os arredores do Caju, em 1839, onde funcionou até por volta de 1851, quando do surgimento do cemitério público de São Francisco Xavier (FAZENDA, 1921; COARACY, 1965; RUSSELL-WOOD, 1981).

Embora fosse considerado um campo santo e, por conseguinte, ser bento, o tipo de sepultamento oferecido seria daqueles em relação aos quais, muitos indivíduos buscavam fugir, segundo alguns relatos de viajantes referentes à primeira metade do século XIX (LUCCOCK, 1975; WALSH, 1985; SEIDLER, 1980). Tais descrições remetiam a um tipo de enterro que fugia dos parâmetros do que se considerava uma “boa morte” (RODRIGUES, 2005). Embora não estivessem em um local pago – já que há referência nos relatos dos viajantes à existência de um preto sacristão –, os defuntos lá enterrados pertenciam a uma realidade mortuária bem diferente daquela em que se encontravam os cadáveres inumados dentro ou em torno das igrejas.

Praticamente não havia diferença entre um e outro, no modo como os cadáveres seriam tratados nos cemitérios da Misericórdia e dos Pretos Novos (sobre o de São Domingos, ainda não foi possível identificar tais informações): os relatos afirmam que seriam poucos – ou nenhum – os cuidados destinados a eles, o que feriria os conceitos e crenças do bem-morrer e facilitaria a exposição dos corpos a profanações e ao ataque de animais. Apesar disso, é possível e necessário aprofundar os estudos sobre estes lugares de sepultamento no sentido de se identificar mais detalhes sobre seu funcionamento, o público que efetivamente o buscava, os rituais que lá seriam adotados e, por fim, o significado que possuíam no quadro da hierarquia social da época.

Em relação ao *status*, acredito que estes seriam desprivilegiados não necessariamente por serem, segundo os relatos, “mal conservados”, com ausências de rituais/cerimônias religiosas ou por sua localização, mas principalmente pelos segmentos sociais que lá estavam sepultados, ou seja, os grupos e indivíduos em posição nas escalas mais inferiores da hierarquia social, a exemplo dos aqui já mencionados é que confeririam a “má fama” a esses espaços. Afinal, tratava-se de uma sociedade inserida na ambientação do Antigo Regime e seriam os lugares sociais ocupados pelos cadáveres neles sepultados que pareciam conferir àqueles cemitérios

a posição e imagem que possuíam. Isso poderia se relacionar também com a ideia de que estar fisicamente próximo do socialmente distante não seria agradável (BOURDIEU, 1997, p.163-165), e isto também se aplicaria aos mortos.

Penso que justamente por isso é que o desdobramento desta posição poderia ser o cuidado diferenciado na sua manutenção e na infraestrutura, em comparação com os demais locais de inumação da cidade; a localização inicial em espaços menos centrais e/ou privilegiados e possivelmente com um número menor de “funcionários” encarregados de seu funcionamento e, ao que parece, não ter sacerdote, mas pessoas que faziam as vezes de sacristão – segundo os relatos. Ou seja, é preciso compreender as características destes cemitérios segundo as concepções hierárquicas da época, mais do que nos limitarmos a dizer – repetindo os relatos dos viajantes – que seriam malconservados.

Um aspecto significativo nesse sentido é o fato de que as alegadas condições de conservação do Cemitério da Misericórdia, no Rio de Janeiro, não impediram de ele ter sido escolhido, nos séculos XVIII e XIX, por alguns indivíduos com situação social um pouco melhor do que a dos demais ali sepultados como local de sepultura (ACMRJ, AP0157, p.50; AP0155, p.76v.). O que parece ter motivado tal escolha foi a busca por demonstrar/vivenciar humildade no momento da morte, como parte das práticas visando a obtenção da salvação da alma após a morte (REIS, 1991; RODRIGUES, 2005; dentre outros).

Se nos remetermos à Tabela 1, os dados para os cemitérios de São Domingos e da Misericórdia são ínfimos: 13 e 12 registros ao total. No caso do Cemitério da Misericórdia, há o detalhe de que este se localizaria na freguesia de São José, e assim como o dos Pretos Novos (que se localizava na freguesia de Santa Rita), os registros seriam feitos pelo pároco de cada uma destas freguesias, estando, portanto, nos respectivos registros de óbitos. Ainda há outro entrave na análise destes dados, que é comum aos dois: a existência de registros informando generalizadamente “São Domingos” (53) ou “Santa Casa da Misericórdia” (44), dificultando que saibamos se tratava do Cemitério de São Domingos ou Igreja de São Domingos ou cemitério da Santa Casa ou Igreja da Santa Casa. Por esse motivo, as principais fontes sobre tais enterramentos são os relatos de viajantes que foram mencionados acima. Para além disso, podemos fazer um exercício de suposição em relação à dúvida sobre o local exato dos sepultamentos em ambos os espaços.

No caso do Cemitério da Misericórdia, há alguns detalhes interessantes e paradoxais porque quando se trata da referência aos sepultados no dito cemitério – em tese, um local destinado aos indigentes, pobres e escravos – os dados da Tabela 1 apresentam 12 livres contra um forro e dois escravos. Por outro lado, na referência generalizada à Santa Casa, ainda que o número de livres continue a ser maior que o dos outros segmentos sociais (21 casos de livres), há seis casos de forros e – o mais surpreendente – 17 escravos. Ou seja, mais escravos mencionados do que em relação ao próprio “cemitério” da Santa Casa. Tendo a deduzir, portanto, que a referência generalizada à Santa Casa se trataria na maioria dos casos

do Cemitério da Santa Casa, pelo grande índice de escravos lá sepultados que certamente não poderia ser numa igreja de uma irmandade de elite. E quanto aos livres ali sepultados, também podemos imaginar que possa ser o cemitério da Santa Casa, uma vez que, existiram ainda que raros, casos de pessoas que não eram remediadas e que possuíam sinal de distinção que escolheram ser sepultadas no Cemitério da Santa Casa e não na igreja<sup>4</sup>. Alguém poderia cogitar que estes pedidos se refeririam à Igreja da Santa Casa, no entanto, até o momento, não vi nenhuma referência à existência de cemitério da Igreja da Santa Casa da Misericórdia (N. Sra. do Bonsucesso), mas sim, ao cemitério que ficava atrás do hospital. O hospital era condizente com um lugar que ninguém gostaria de ser cuidado, por isso, o cemitério estaria lá.

No caso de São Domingos, a situação se aproxima um pouco desta em torno da Santa Casa. Analisando os dados da Tabela 1, percebemos que é justamente na referência generalizada ao sepultamento em “São Domingos”, sem explicitar se era igreja ou cemitério, que aparece maior número de escravos (20) do que de livres (19) e de forros (14). Da mesma forma que aparece quando se trata da referência a “Cemitério de São Domingos” (9 escravos, 2 livres e 2 forros). Em relação à referência aos sepultamentos na “Igreja de São Domingos”, os dados desta tabela mostram uma grande predominância de enterramentos de livres em primeiro lugar (119), seguidos pelos escravos (77) e forros (68). Índices que sugerem que o sepultamento no templo – ainda que não tenha especificado se dentro ou no adro – era majoritariamente destinado aos livres, tendo escravos em segundo lugar. Por que os forros estariam em terceiro lugar? Ao meu ver, porque os forros que não escolheram São Domingos foram aqueles que acabaram tendo como primeira opção a Sé e, como segunda, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte; aparecendo São Domingos apenas como terceira opção. Sendo assim, a referência a “São Domingos” provavelmente se trata do Cemitério de São Domingos, pois o próprio fato de ser um lugar desprivilegiado poderia explicar que bastava dizer que era São Domingos; pois, quando se tratasse da igreja, os sacerdotes responsáveis pela anotação do registro de óbito não deixariam de especificar.

Entre os óbitos do Cemitério de São Domingos, nove dos 13 inumados foram encomendados e oito receberam algum tipo de sacramento. Para o Cemitério da Misericórdia, de um total de 15 sepultados, sete foram encomendados por um sacerdote e todos receberam pelo menos um sacramento. Além disso, dos dois escravos enterrados no Cemitério da Misericórdia, apesar de não terem outro tipo de aparato fúnebre, não lhes faltou a administração de pelo menos um sacramento. Isso indica que haveria algum tipo de sufrágio para as almas daqueles que seriam inumados nestes locais.

Destaco o registro do escravo Ventura (1754), que é o único dos 13 sepultados no Cemitério de São Domingos que indica o local de encomendação, sendo este, o próprio campo santo, demonstrando que além da existência de encomendação para os mortos de menos qualidade isto não precisaria ocorrer em outros locais. Tão significativo quanto o caso do escravo Ventura, é o da parda forra Rita Maria (1803), sepultada no Cemitério da

Misericórdia. Dada no registro como uma mulher muito pobre, Rita foi encomendada na Igreja da Misericórdia (N. Sra. do Bonsucesso) e amortalhada com um hábito branco. Se a história de Ventura indica a possibilidade de encomendações dentro dos cemitérios, a de Rita mostra que, além disto, aqueles que teriam seus cadáveres destinados ao Cemitério da Misericórdia poderiam ter parte de seus ritos fúnebres na igreja da irmandade, embora os elementos até aqui apontados me façam crer que se trataria de uma exceção.

Daqueles sepultados no Cemitério de São Domingos, os dois livres foram amortalhados com lençol. Entre os dois forros, o que teve referência à mortalha, foi envolvido com lençol. Nenhum dos nove escravos teve menção à vestimenta mortuária. Nenhum dos livres teve referência à cor e/ou origem, mas podemos notar entre os forros uma preta e uma crioula e entre os escravos todos tiveram algum elemento de identificação como negros (como terem sido africanos, pretos ou seus descendentes) – o que pode justificar a nomenclatura pela qual este cemitério também era conhecido: “dos mulatos” – sendo quatro deles, africanos. Ou seja, de modo geral, apenas duas pessoas (15,4%) daquelas enterradas no Cemitério de São Domingos tiveram referência a algum tipo de mortalha, e quando houve, tratava-se de lençol; o que evidencia que provavelmente os que teriam este local como destino final seriam aqueles considerados de qualidade inferior e por isso, ao que parece, não costumava haver pompa nesses funerais.

Sobre as mortalhas dos enterrados no Cemitério da Misericórdia, entre os escravos não houve menção ao tipo de mortalha utilizada – assim como ocorreu com os cativos de São Domingos –, mas entre os 12 livres, seis tiveram esta referência, sendo dois deles, amortalhados com lençol, um com hábito preto e os outros três, com hábito branco. A única forra, já foi citada acima (Rita Maria, com hábito branco). Dessa forma, podemos notar que não houve entre os casos de registros desses dois cemitérios, nenhum cadáver amortalhado com hábito de santo ou alguma outra pompa que indicasse prestígio. Muito embora, ao analisar os livres do Cemitério da Misericórdia, podemos encontrar três capitães (um com lençol, um com hábito branco e o outro, sem referência). Ao que parece, a única forma de distinção que lhes coube foi a indicação de suas ocupações, pois não destoam dos demais registros.

No que tange a cor dos inumados no Cemitério da Misericórdia, nenhum livre teve algum tipo de referência de cor, origem ou filiação que os incluía entre os negros. Ao passo que os escravos o foram e a forra foi considerada parda. Só há dois casos com menção à origem, sendo de indivíduos livres. Um deles é o de Maria, uma índia de 11 anos (1747). Não há nenhum outro registro de índio na amostragem, sendo instigante o caso desta criança indígena que estaria na cidade, sendo enterrada em um cemitério destinado aos segmentos desprivilegiados. Porém, a ausência de informações mais uma vez impossibilita que este caso seja explorado.

## Conclusão

Na sociedade colonial, a hierarquia social se dava verticalmente (de um segmento para outro) e horizontalmente (dentro do mesmo segmento), o que tornava as posições dos indivíduos na sociedade, algo difícil de determinar, pois se grosso modo podemos entender que havia pelo menos três segmentos básicos (elite, segmentos intermediários e escravos), também devemos considerar que a enorme complexidade das relações na dita sociedade permitiria que alguém fosse nobre e não tivesse bens ou que um indivíduo abastado fosse considerado inferior devido à sua cor ou origem.

Práticas como andar a cavalo ou usar roupas luxuosas, seriam algumas das inúmeras formas de indicar o caráter nobre do indivíduo, e até mesmo, de forjá-lo quando se tratava de alguém de uma categoria considerada inferior. Além dos nobres, que teriam determinadas atitudes por conta de seu *status*, era comum que forros tentassem imitar o estilo de vida das elites a fim de conquistar um distanciamento do passado negro e escravista e uma consequente aproximação com um mundo branco e livre. Muitas vezes isso realmente acontecia, posto que era possível até que um mesmo indivíduo que em dado momento era considerado negro, por conta de suas conquistas/práticas, em outro fosse mencionado como pardo e ou branco.

Como uma sociedade com traços de Antigo Regime, o Rio de Janeiro colonial – especificamente, a freguesia da Sé/ Santíssimo Sacramento da Antiga Sé – caracterizava-se por uma aparente rigidez na delimitação dos estratos sociais. No entanto, na prática, não se dava desta forma, sendo perfeitamente possível que através da mobilidade social a população colonial transitasse entre os variados segmentos sociais, revelando uma sociedade nem um pouco estática.

As hierarquias – e complexidades – entre os vivos se refletiram no âmbito da morte e consequentemente, nos espaços dos mortos. Os locais de inumação mais almejados seriam os enterramentos *ad sanctos apud ecclesiam*, onde a elite costumava ser sepultada; além das igrejas, os cadáveres poderiam ser levados para cemitérios descolados dos templos ou serem enterrados em valas, terrenos baldios etc. – esses últimos, sendo destino daqueles que estariam completamente marginalizados socialmente. A complexidade da dita sociedade é visível ao encontrarmos registros de indivíduos com posses que escolheram ser enterrados em cemitérios ou casos de pessoas de segmentos considerados inferiores, sepultadas em igrejas de elite e com pompa. Sendo assim, o presente ensaio trata-se de um estudo de reflexão sobre tais espaços e as complexas formas de acesso a eles, diretamente relacionados com a dinâmica social dos vivos.

## Notas

1 - Sobre a origem deste tipo de sepultura, ver artigo anterior, publicado juntamente com a Prof<sup>a</sup>. Dra. Claudia Rodrigues, no qual, encontram-se também, alguns aspectos mais teóricos presentes neste ensaio (RODRIGUES, Claudia e BRAVO, Milra Nascimento, 2012).

2 - Embora o recorte temporal deste estudo se encerre em 1808, alguns registros e/ou imagens são posteriores a este período. No entanto, como os costumes fúnebres não mudavam com tal rapidez, é perfeitamente possível que por vezes, se faça uso de elementos que não estejam exatamente enquadradas no período analisado.

3 - A referida ordem terceira surgiu na Igreja do Convento de Santo Antônio. Possivelmente, por isto, a

maioria dos ali sepultados teriam usado o hábito de Santo Antônio (MAURÍCIO, 1946, p. 143).

4 - A exemplo de João Marcelo de Lemos, natural da América portuguesa, que em seu testamento, pudemos notar que era funcionário do Senado e sabia ler e escrever, o que era pouco comum na época. Ao que parece, seu pedido de enterramento no Cemitério da Misericórdia seria uma profissão de pobreza e simplicidade, o que ao cruzar neste momento com seu registro de óbito, podemos ver que o silêncio das informações indica exatamente aquilo que ele queria, pois no conjunto dos enterrados no Cemitério da Misericórdia, seria possível, sem ter conhecimento do seu testamento, confundir-lo com os demais (ACMRJ, AP0155, p. 76 v.).

## Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro:

Série Assentos Paroquiais: Livros de óbitos e testamentos da Freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé: AP0155 (1746-1758); AP0156 (1776-1784); AP0157 (1790-1797) e AP0158 (1797-1812).

Coleção particular:

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Relatos de viajantes e memorialistas:

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1989.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 86, vol. 140, 1921.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1982.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1985.

## Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712- 1750) In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, 18 (2000): 45-68.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, janeiro 2004.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século Dezessete*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1965.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

- GUÉDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- MAURÍCIO, Augusto. *Templos Históricos do Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1946.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- RODRIGUES, Cláudia. A morte como elemento de afirmação da cultura africana no Rio de Janeiro escravista: o caso do cemitério dos “pretos novos”. *Estudos de História*. Franca, v.10, n.1, 2003.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Claudia e BRAVO, Milra Nascimento. “Morte, cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (Séculos XVIII e XIX)”. *Revista Habitus*. Goiânia, v.10, n.1, p.3-19, jul./dez. 2012.
- RUSSELL-WOOD, A.J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad. de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ZARUR, Dahas. *Cemitérios e a Santa Casa*. Rio de Janeiro: Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 1989.

Recebido em 27/06/2014

